

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Sardo Class.: 44

Data: 22/04/86 Pg.: _____

Aberto o acesso para a aldeia pankararé

A TARDE 22-4-86

Paulo Afonso (Por telefone) — Superada a iminência de conflito, clima que perdurou até sábado último, começam a se normalizar as relações entre posseiros e índios Pankararés, na localidade de Brejo dos Burgos. Segundo o coordenador regional do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), José Carajá, a expectativa agora é de que os órgãos públicos envolvidos nas negociações — o acordo em torno da área em litígio, um total de 10 mil hectares, foi obtido no sábado — cumpram os compromissos assumidos.

Ainda no sábado, os posseiros desobstruíram a estrada que liga a aldeia dos Pankararés, em Brejo dos Burgos, aos municípios de Glória (onde está situada a área em disputa) e de Paulo Afonso. Segundo José Carajá, que representou o Cimi nas negociações, a solução encontrada, dividindo igualmente os 10 mil hectares entre índios e posseiros, foi positiva, tendo em vista o clima de animosidade entre as partes.

Para o bispo da diocese de Paulo Afonso, Aloísio Pena, há que se considerar que a situação na área era muito "especial". Isto porque os posseiros, quando não são da mesma etnia, estão ligados aos Pankararés por estreitos laços de parentesco. Entre eles, existem índios, que pediram emancipação.

O coordenador do Cimi diz que o importante, a partir desse momento, é que a Funai providencie mais rapida-

mente possível os meios para promover a indenização dos posseiros — cerca de 18 — que estão ocupando terras da reserva Pankararé, agora com 25 mil hectares. Este compromisso foi assumido pelo órgão, no acordo, prometendo apresentar uma solução em 90 dias. Também comprometeu-se em indenizar os prejuízos causados pelos posseiros, que destruíram benfeitorias dos índios na semana passada.

Coordenadas pelo diretor regional do INCRA, José Carlos Arruti, as negociações envolveram, ainda, o Instituto de Terras da Bahia (Interba), além de representantes de índios e posseiros.

Funai interpelada por fazendeiros

Brasília (AE) — Os índios pataxó estão causando tensão social no sul da Bahia, espalhando pânico e atemorizando proprietários, posseiros e trabalhadores da região, a maior zona cacauzeira do estado. A denúncia está contida em interpelação judicial contra a Funai, movida perante o Supremo Tribunal Federal pelos fazendeiros em litígio com os índios pataxó, em disputa por uma área de 36 mil hectares, antiga reserva Caramuru-Paraguaçu.

Na interpelação dirigida ao ministro Célio Borja, recém-empossado em substituição ao ministro Cordeiro Guerra, a advogada dos fazendeiros, Wilde Costa Souza, pede urgentes esclarecimentos e

uma inspeção judicial no local. Ela afirma que reina na região a calamidade da anarquia e da baderna, com a ação de indivíduos, cujos princípios morais e ideológicos ferem os poderes constituídos do País.

A área em litígio segundo Wilde Souza, foi vendida por vários governadores do estado, através de mais de 400 títulos. "Sem explicação convincente, e sem nenhum mandado judicial", salienta a advogada na interpelação, "a Funai ordenou a invasão da Fazenda São Lucas, de propriedade do fazendeiro Jener Pereira Rocha, em abril de 1982, com a participação de arruaceiros e bandidos conhecidos".

Os fazendeiros asseguram que a operação foi um verdadeiro ato de guerrilha, banditismo e até mesmo abuso de autoridade. Eles denunciam ainda a intromissão do bispo de Itabuna, dom Paulo Lopes Faria, que tem auxiliado os invasores a se manterem na propriedade. E salientam que, ao invés de 1.400 pataxó, que a Funai diz habitar no local, existem na realidade apenas 36 índios.

Afirmam os fazendeiros que o furto de cacau tem sido constante nas fazendas vizinhas à São Lucas. Outro dado fornecido pelos interpelantes é quanto ao plantio de maconha na fazenda. Asseveram que um dos chefes, que se diz cacique, já foi apanhado, várias vezes, transportando a erva. Outra informação dos fazendeiros é de que a Funai não tem o devido controle sobre a população da Fazenda São Lucas e acentuam que os alimentos recebidos da Cobal pelos índios são trocados por armas — revólveres, espingardas etc.